



Pioneirismo na educação profissional tecnológica em Design Gráfico no Brasil: a criação do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do Cefet-PE e a experiência da primeira turma

Pioneering technological professional education in Graphic Design in Brazil: the creation of the Technology Course in Graphic Design at Cefet-PE and the experience of the first class

60

Rafael Efrem, IFPB – Campus Cabedelo e Doutorando Fauusp.

rafael.lima@ifpb.edu.br

Marcos da Costa Braga, Fauusp.

bragamcb@usp.br

Resumo

Com início em 2000, o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do Cefet-PE foi o primeiro curso desta modalidade criado no Brasil. Entre Manguabeat, política neoliberal da educação do governo FHC e academia refratária à possibilidade de formação profissional tecnológica, este artigo tem como objetivo compreender a criação deste curso pioneiro na cidade do Recife considerando o processo de consolidação da educação profissional, o mercado recifense de design gráfico e a experiência da primeira turma. A metodologia de pesquisa se baseia na História Oral (Alberti, 2013) com abordagem da Micro-História (Barros, 2007). Desta forma, foi possível problematizar os tensionamentos entre Bacharelado e educação profissional tecnológica, a cultura do ensino técnico da instituição e o curso novo e, no fulcro, abrir a discussão sobre possíveis modificações no campo do design e na identidade do profissional a partir desta modalidade que se tornou quantitativamente hegemônica no país.

Palavras-chave: Ensino de Design, Educação Profissional Tecnológica, Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, Cefet-PE

Abstract

Started in 2000, the Technology Course in Graphic Design of Cefet-PE was the first course of this modality created in Brazil. Amidst the backdrop of Manguabeat, the neoliberal education policies of the FHC government, and an academia resistant to the possibilities of technological professional training, this article aims to comprehend the creation of this pioneering course in the city of Recife considering the process of consolidation of professional education, the graphic design market of Recife and the experience of the first class. The research methodology is based on Oral History (Alberti, 2013) with Micro-History (Barros, 2007) approach. Thus, it was possible to problematize the tension between Bachelor's degree and technological professional education, between the new course and the culture of technical education of the institution and, at the core, this exploration opens the discussion about possible modifications in the design field and in the professional identity from this modality that has become quantitatively hegemonic in the country.

Keywords: Design Education, Technological Professional Education, Technology Course in Graphic Design, Cefet-PE





Introdução

Os Cursos Superiores de Tecnologia em Design Gráfico (CSTDG) se tornaram uma realidade imperiosa para estudo do campo do design brasileiro devido ao crescimento de suas ofertas. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os Cursos Superiores de Tecnologia na área de Design já superam em quantidade os Bacharelados (Brasil, 2020). Este crescimento é produto direto de ações do Governo Federal a favor do fomento à Educação Profissional Tecnológica, sobretudo a partir da década de 1990, mais fortemente nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC), graças ao seu aparelhamento neoliberal da economia brasileira, visando não só a qualificação profissional da classe trabalhadora, mas a mercantilização deste tipo de educação por parte das instituições privadas de ensino superior (Brandão, 2009). As antigas Escolas Técnicas Federais (ETF) começam a se tornar Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), ainda em 1978, para poderem ofertar educação profissional de nível superior. Entretanto, é com a lei 8.948/1994 que ocorre o processo de “Cefetização” das ETF (Brasil, 1994).

É neste cenário de políticas educacionais em âmbito nacional que a educação profissional tecnológica em Design Gráfico é viabilizada, realizando-se primeiro no Cefet-PE, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), no Recife, em 2000. Tendo isto posto, o problema de pesquisa que se coloca é: como se deu o processo de criação e implementação, considerando a experiência da primeira turma, do primeiro CSTDG do Brasil? O objetivo é compreender a criação deste curso pioneiro na cidade do Recife, no final da década de 1990, através da ação dos atores sociais (professores, alunos e instituição), tendo em vista o processo de consolidação da educação profissional e o mercado recifense de design gráfico.

Para tanto, a metodologia de pesquisa aqui empregada se baseia na História Oral (Alberti, 2013), preocupada em trabalhar com as experiências individuais e a memória dos interlocutores via relatos orais – no caso deste trabalho, entrevistas semiestruturadas gravadas realizadas pela plataforma Google Meet. Alguns interlocutores, entretanto, não puderam ser entrevistados oralmente e optaram por responder às perguntas pelo aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp. Todos os entrevistados cederam os direitos sobre o depoimento para o pesquisador por meio de carta de cessão baseados no modelo apresentado por Alberti (2013), e inclui a identificação do depoente no texto. O método assim adota os preceitos éticos previstos na História Oral e segue projetos de pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU USP). As entrevistas servem para esclarecer dúvidas sobre os documentos e obter dados não registrados nos mesmos. Utilizamos a abordagem da Micro-História (Barros, 2007), que permite observar particularidades da criação do curso em questão e, ao mesmo tempo, enxergar uma realidade social maior através deste curso, ou seja, a Educação Profissional Tecnológica em Design Gráfico. Nesta abordagem, a elaboração da narrativa é feita a partir da exploração intensiva das fontes primárias, dando voz aos diferentes depoentes e documentos, guiada pela interpretação do pesquisador, procedimento comum em pesquisas qualitativas.



É uma pesquisa qualitativa cujos procedimentos técnicos, de acordo com Gil (2002), são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para Cellard (2008), antes do pesquisador se debruçar sobre uma pilha de documentos, é necessário fazer um inventário, tendo em vista o questionamento da pesquisa. Aqui, as fontes documentais são leis, decretos, pareceres e resoluções que envolvem a Educação Profissional e Tecnológica, o catálogo do Salão Pernambuco Design 1998, pois ajuda a identificar as áreas fortes de atuação em design gráfico em Pernambuco no final da década de 1990, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do IFPE¹ e o Manifesto Caranguejos com Cérebro, marco do movimento Mangubeat.

Educação Profissional em Design: tensão no ensino de Design

A educação brasileira é historicamente marcada por uma dualidade: uma educação para as classes dirigentes de cunho intelectual/humanista e uma educação para formação de mão-de-obra (Brandão, 2009; Souza, 2013). A institucionalização do campo do Design via ensino superior não estava apartada desta realidade, sendo avesso à possibilidade de formação profissional. De acordo com Ferreira (2018, p. 189), “apesar do discurso tecnológico, o campo buscou em diversos momentos distanciar-se da formação técnica de segundo grau, afirmando que o ensino do projeto só poderia acontecer como ensino universitário”, já que o pensamento projetual deveria estar fundamentado teórica e cientificamente. Ferreira ressalta que a inexistência de técnicos em Arquitetura e Engenharia era usada como argumento por parte dos designers para que a sociedade e o mercado não enxergassem o designer como um profissional de nível técnico. Ainda assim, no Cefet-PR, foi criado o primeiro Curso Técnico em Desenho Industrial do país na cidade de Curitiba, em 1981. Pinheiro e Braga (2022), ao compararem as grades curriculares de 1981 e 1988 deste curso, identificam que os pensamentos projetual e crítico eram desenvolvidos e incentivados através de disciplinas teóricas, como História da Arte e Psicologia, e de projeto, como Composição, de I a VI.

Mesmo com o exemplo deste curso, é publicado em 1989 o documento conhecido como Carta de Canasvieiras, fruto do workshop ‘O Ensino do Design nos anos 90’, organizado pelo Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial (LBDI) em 1988. Na carta, lê-se:

Fica restrito ao âmbito do 3º grau o emprego das denominações Design, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Desenho de Produto e Projeto de Produto.

Com isso, quer se evitar uma falsa habilitação ao 2º grau, que poderia acarretar dúvidas quanto à qualificação profissional exigida para o desempenho destas funções (Carta de Canasvieiras, 1989).

Ainda,

Propõe-se encaminhar ao MEC recomendação no sentido de incentivar a criação e o aperfeiçoamento de cursos técnicos à nível de 2º grau, que habilitam o aluno para as técnicas de representação e detalhamento do projeto, ou seja, à formação de técnicos de nível médio que trabalhem sob a coordenação e supervisão de designers. Deve-se deixar

¹ O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico entregue a um dos autores pela coordenadora Eliana Melo data de 2012, porém estão contidos nele os textos das versões anteriores, identificadas como Curso Autorizado e Curso Pós-Reconhecimento.



claro, contudo, que tais cursos não habilitam à prática de projeto (Carta de Canasvieiras, 1989).

A partir da Carta, é possível acrescentar que a Educação Profissional, seja de nível técnico ou de nível tecnológico, abala identidades já consolidadas, como no caso da Engenharia, contrária à criação de um CST em Engenharia de Operação (Brandão, 2007), e, sobretudo, identidades que ainda estavam em processo de consolidação e reconhecimento social, como a de Design (Braga, 2016; Ferreira, 2018). Entrelaçando a Carta de Canasvieiras e o Parecer 25/1965 citado por Brandão (2007), que compara as competências de um engenheiro de operação com as de um bacharel em Engenharia, é notável a necessidade do campo do Design de assegurar o bastião do pensamento projetual crítico, científico e criativo ao profissional graduado em um Bacharelado. Uma expressão dessa necessidade, detalhada mais à frente, é a indisposição criada entre o Bacharelado de Desenho Industrial/Programação Visual da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o grupo de professores responsável pela criação do CSTDG do Cefet-PE.

É importante realçar que a formação profissional goza historicamente de menos prestígio no Brasil por ser voltada à capacitação da classe trabalhadora. No Decreto nº 7.566/1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, que cria nas capitais do país as Escolas de Aprendizes Artífices, grande marco da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, lê-se:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Brasil, 1909).

Ou seja, é também dessa pecha que o campo do Design procura fugir no seu processo de institucionalização via ensino superior tradicional. Por isso, e apesar dos esforços do LBDI de pensar o ensino do Design nos anos 90, não se previu que o ensino superior de Design poderia assumir a modalidade tecnológica, já que, só a partir de 1994, vai acontecer uma série de leis, decretos e pareceres incentivando a Educação Profissional e Tecnológica², tendo os Cefet como espaço privilegiado para implementação dos Cursos Superiores de Tecnologia.

A criação do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico no Cefet-PE

Com a pressão do Governo Federal para que as Escolas Técnicas Federais se tornassem Centros Federais de Educação Tecnológica em fins dos anos 1990, a ETF-PE apoia em 1998 um grupo de professores lotados na Coordenação de Desenho³ a elaborar uma proposta de criação do que deveria ser o primeiro curso superior do Cefet-PE⁴. De acordo com Pena (2022) e Coelho (2022), a ETF-PE dependia da criação deste curso para se tornar um Cefet⁵.

² Em 1994, é publicada a Lei nº 8.948, que institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica; em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); em 1997, o Decreto nº 2.208, que regulamenta artigos da LDB sobre Educação Profissional e Tecnológica, o Decreto nº 2.406, que regulamenta a Lei nº 8.948/94, dentre outros.

³ A denominação varia entre Coordenação de Desenho e Departamento de Desenho Técnico a depender do entrevistado.

⁴ Pelos depoimentos de Pena (2022) e Coelho (2022), o curso de Design e Hipermídia seria o primeiro do Cefet-PE, porém, de acordo com o PPC, o primeiro curso superior foi o de Tecnologia de Alimentos,

A primeira proposta de nome, antes de se fixar em 2002 como Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, era Curso Superior de Desenhismo e Hiperfídia. Araújo (2022) explica que “éramos jovens e românticos, e como não queríamos dar ao curso um nome parecido com o da UFPE [...], sugeri esse nome totalmente inédito, Desenhismo e Hiperfídia, como uma forma também de evitar termos em inglês”. Embora não tenha sido citado por nenhum dos entrevistados, o termo Desenhismo foi possivelmente inspirado pelo texto ‘Por uma filosofia do desenho, ou desenhismo’, de Luiz Vidal de Negreiros Gomes, publicado pela Editora da UFPE em 1993, ou ‘Desenhismo: artes do desenho’, do mesmo autor, publicado pela Editora da Universidade Federal de Santa Maria em 1996. De acordo com Gomes (1996), a palavra desenho abarca em si toda a complexidade da área projetual, sem ser necessário recorrer à adoção de palavras estrangeiras, como design.

Vale ressaltar que Gomes é formado em Desenho Industrial pela UFPE em 1980. Francisco Weydson Ferraz⁶ e Eduardo Fernandes Araújo, identificados por Pena (2022) como os principais responsáveis pela condução do processo de criação do CSTDG do Cefet-PE, são formados em Desenho Industrial/Programação Visual⁷ pela mesma instituição na década de 1990. Não seria demasiado supor então que estes egressos tivessem entrado em contato com as ideias do veterano de 1980 sobre Desenhismo.

Contudo, a proposta Desenhismo e Hiperfídia é reprovada por representantes do MEC, porque o termo Desenhismo não era reconhecido pelo ministério. Entretanto, o termo Hiperfídia permanece e o curso é autorizado com o nome Design e Hiperfídia. Pela permanência do termo Hiperfídia, é importante se debruçar um pouco sobre o destaque dado a ele. De acordo com Amorim (2022), os professores foram muito sensíveis ao que estava acontecendo no campo do Design Gráfico, como a adoção dos computadores e a internet, embora ainda incipientes naquele momento.

Essa sensibilidade dos professores encontra reverberações na academia. Os anais do Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design (P&D) de 1998 mostram a preocupação do campo com as mudanças na atividade projetual a partir da inserção do computador, enquanto ferramenta, e com o digital enquanto nova área de atuação. Há conferências, sessões especiais e sessões técnicas dedicadas a pensar esta nova realidade não-analógica, seja utilizando o termo ‘hiperfídia’ ou ‘multifídia’. No âmbito local, o Salão Pernambuco Design 98 (SPD 98) mostra o alinhamento dos professores ao mercado de Design.

O SPD 98 foi um evento realizado no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM), de 05 a 21 de novembro de 1998, e coordenado pela Associação de Profissionais de Design de Pernambuco (APD/PE) como uma promoção do Programa Pernambuco Design –

criado na Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina. Hoje este curso faz parte do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Autorizado em 1999, suas aulas começam também em 2000.

⁵ O Cefet-PE foi implantado pelo Decreto nº 7.935/1999.

⁶ Ferraz era um dos interlocutores desta pesquisa, mas faleceu em 04 de dezembro de 2022, antes de conseguir responder às perguntas enviadas pela plataforma Whatsapp.

⁷ Os cursos de Desenho Industrial e Comunicação Visual foram criados na UFPE em 1972. Em 1988, Comunicação Visual passa a se chamar Desenho Industrial/Programação Visual. Existe uma inconsistência no currículo Lattes do professor Francisco Weydson Ferraz, pois consta que ele é formado em Comunicação Visual pela UFPE em 1996. Devido ao falecimento de Ferraz, esta inconsistência não pôde ser tratada.

por sua vez ligado ao Programa Brasileiro de Design⁸. O Comitê Organizador era composto não só pela APD/PE, mas também pela UFPE, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco (SECTMA/PE), pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), pelo SEBRAE/PE e pelo SENAI/PE. O intuito do SPD 98 era divulgar o Design realizado em Pernambuco. No texto de apresentação do catálogo do SPD 98, José Roberto Peixe, então Presidente do Comitê Executivo do Programa Pernambuco Design, defende a posição privilegiada do design pernambucano frente à região Nordeste acionando estrategicamente O Gráfico Amador e as figuras de Aloísio Magalhães e Gastão de Holanda⁹, além da criação dos cursos de Comunicação Visual e Desenho Industrial da UFPE em 1972.

O SPD 98 foi organizado em catorze categorias, sendo elas: Identidade Visual, Embalagens, Sinalização de Edificações, Design Urbano, Design Promocional, Projetos Editoriais, Projetos Gráficos, Multimídia, Mobiliário, Iluminação, Design para Construção Civil, Têxtil, Fashion, Joias, estando listadas aqui na ordem em que aparecem no catálogo. São apresentados no catálogo em média três ou quatro projetos por categoria. Na de Multimídia, tem-se os projetos Expresso Brasil, série televisiva de catorze episódios para a TV Cultura (1997), Site do artista plástico Abelardo da Hora (1998) e CD-Rom comemorativo de cinquenta anos da Chesf (1997).

A partir do catálogo, é possível ver a atualidade do projeto do curso que vai ser implementado em 2000 e de sua inserção no contexto do design pernambucano. Peixe menciona a riqueza da cultura pernambucana e é praticamente inescapável falar deste tema na década de 1990 sem mencionar o movimento Manguebeat, o qual aparece no depoimento de Amorim (2022) e surge na cena cultural de uma cidade com o maior índice de desemprego do país, como é afirmado no Manifesto Caranguejos com Cérebro, de 1992, marco inicial do movimento e escrito por Fred Zero Quatro, da banda Mundo Livre S/A. A ideia era “injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife”. Havia uma conexão muito forte do movimento com a tecnologia e com a inovação. A imagem ‘clássica’ da “antena parabólica enfiada na lama” mostra a intenção de conexão do Recife com o mundo antes mesmo da internet comercial chegar ao Brasil. “A parabólica como símbolo de fluxos globalizados da indústria fonográfica, cinematográfica e da moda tem uma base sólida no material orgânico das tradições locais. Não há dicotomia na imagem, mas complementaridade” (Mabuse, 2022)¹⁰. No Manifesto, ainda se encontra:

Os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em: Teoria do Caos, World Music, Legislação sobre meios de comunicação, Conflitos Étnicos, Hip Hop, Acaso, Bezerra da Silva, Realidade Virtual, Sexo, Design, Violência e todos os avanços da Química aplicada no terreno da alteração / expansão da consciência.

⁸ Programa criado pelo governo federal através do Decreto nº 3.469/1995, “com o objetivo de promover o desenvolvimento do design brasileiro, com vistas ao aumento da competitividade de bens e serviços produzidos no País”.

⁹ O Gráfico Amador era uma pequena editora de caráter experimental e artesanal, organizada na cidade do Recife por Aloísio Magalhães, Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira e José Laurênio de Melo, funcionando de 1954 a 1961. Para maiores informações, ver Lima (2014).

¹⁰ MABUSE, H. D. Por que o ecossistema de Recife foi um spin-off do Manguebeat. 2022. Disponível em: <<https://mitsloanreview.com.br/post/por-que-o-ecossistema-de-recife-foi-um-spin-off-do-manguebeat>> Acesso em: 17 nov. 2022.



Desses diversos interesses como música, realidade virtual e design, estudantes e professores do Centro de Informática da UFPE, que faziam parte do Movimento Mangue, se articulam e fundam iniciativas importantes na segunda metade da década de 1990 que colocam o Recife como polo tecnológico, como o CESAR¹¹ e o Porto Digital¹² (Mabuse, 2022). Com isso, o que se quer reafirmar é a adequação da proposta de um Curso Superior de Tecnologia em Design e Hipermídia no Cefet-PE naquele momento histórico, além de um cenário cultural muito ativo e compartilhado entre estudantes e docentes.

Autorizado, o curso se inicia no primeiro semestre de 2000 com vinte alunos e uma grade curricular dividida em quatro módulos: Módulo 1: Identidade Visual e Plástica; Módulo 2: Embalagem e Sinalização; Módulo 3: Editoração Eletrônica e Tipografia; Módulo 4: Interdoque¹³ e Divulgação (Figura 1). Pena (2022) e Araújo (2022) confirmam que houve uma pesquisa de mercado à época para implantação desta grade e é possível perceber que estão aqui algumas das categorias presentes no catálogo do SPD 98.

¹¹O Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife é um centro de pesquisa e inovação criado em 1996 por três professores do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente possui unidades em Manaus, Sorocaba e Curitiba. Possui também um braço educacional chamado CESAR School (com graduações, mestrados e doutorados profissionais) e uma incubadora e aceleradora de empresas, o CESAR.Labs.

¹²O Porto Digital é um dos maiores parques tecnológicos do Brasil. Fica localizado na cidade do Recife e foi fundado em 2000.

¹³Interdoque era uma denominação dada a projetos de engenharia de software e páginas de documentação para internet.

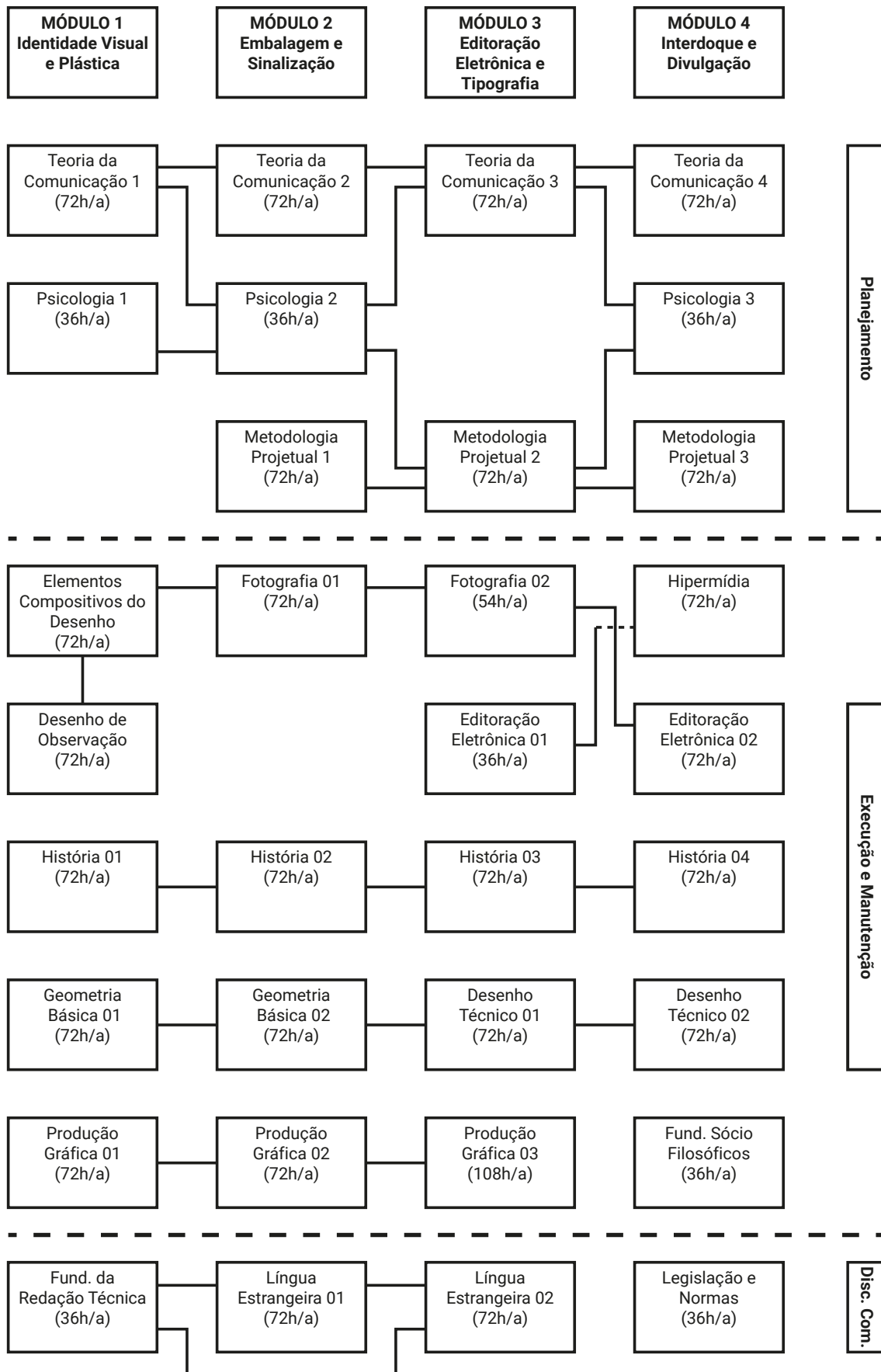


Figura 1: Fluxograma do Curso Superior em Design e Hipermídia, autorizado em 2000 pela Portaria GD 434/2000. Adaptado pelos autores.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico (2012, p. 37), em 2000,

O perfil do profissional que almejamos construir busca suprir uma lacuna existente no mercado, mediante a introdução de um designer mais pragmático em contraposição aos atuais egressos de formação acadêmica, sem contudo perder de vista a educação de um profissional reflexivo, ou seja, um designer que não só projeta, mas que principalmente sabe por que, como, quando, o que e para quem projeta o objeto com qualidade satisfatória.

Nota-se neste perfil de egresso a necessidade de afirmação do curso através da defesa de um profissional mais adaptado ao mercado de trabalho, “mais pragmático”, em oposição ao bacharel formado na vizinha UFPE. Reafirma-se como estratégia a dicotomia entre ciência e tecnologia (em outros termos, teoria *versus* prática), já explicitada no tópico anterior, porém invertida. O Curso Superior de Tecnologia em Design e Hipermídia se valoriza usando justamente aquilo que *a priori* lhe seria um demérito – segundo o campo acadêmico de nível superior em Design –, o viés pragmático. Mesmo pragmático, o curso pretende formar profissionais reflexivos. Pela Figura 1, é possível ver quatro disciplinas de Teoria da Comunicação (Introdução; Retórica; Mídias e Tecnologias), quatro de História (Arte e Cinema; Tipografia; Desenho Industrial; Tecnologia) dentre outras. Coelho (2022) explica que as disciplinas teóricas funcionavam para subsidiar as disciplinas projetuais e a metodologia de ensino era baseada em problemas, os quais os(as) estudantes precisavam resolver a partir dos conteúdos dados. Amorim (2022) diz que o curso era muito prático, mas havia uma disposição ao debate e ao diálogo e se lembra das discussões sobre Hannah Arendt¹⁴, possivelmente na disciplina Fundamentos Sócio-Filosóficos, do Módulo 4.

Segundo Araújo (2022), esta estrutura com quatro disciplinas de História foi proposta por Freddy Van Camp, professor e ex-diretor da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), primeiro curso superior (Bacharelado) específico de Design do país. Pena lembra e Araújo especifica que uma pequena comissão viajou ao Rio de Janeiro para estudar o currículo da ESDI para ajudar na criação da grade do curso do Cefet-PE.

Quando fomos a ESDI em 1998, Freddy Van Camp nos sugeriu organizar as disciplinas de História do curso, que contaria com quatro semestres, em: História da Arte (1ºper), História da Escrita e Tipografia (2ºper), História do Design (3ºper), e História das Mídias Digitais (4ºper), que depois passou a se chamar Midiologia, fazendo parte do eixo de disciplinas de Comunicação (Comunicação Visual, Retórica, Semiótica e Midiologia)(Araújo, 2022).

É curioso pensar que o pioneiro, e então embrionário, Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do país obteve apoio do primeiro Bacharelado em Design, a grande referência para a criação dos dois Currículos Mínimos, de 1969 e 1987 (Ferreira, 2018), e de onde saíram os principais agentes da defesa da regulamentação da profissão (Braga, 2016), mas não o obteve de sua ‘parente’ mais próxima, a UFPE, onde seus dois principais articuladores, Francisco Weydson Ferraz e Eduardo Fernandes Araújo, se formaram. De acordo com Pena (2022) e Araújo (2022), a iniciativa de criação de um outro curso superior de Design no Recife, sobretudo um Curso Superior de Tecnologia, desagradou alguns quadros do curso de Desenho Industrial/Programação Visual da UFPE. Pena (2022) explica que o grupo de professores do

¹⁴ Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã que escreveu sobre temas como totalitarismo e a banalidade do mal. Alguns dos seus livros são Origens do totalitarismo, Sobre a violência, A condição humana e Eichmann em Jerusalém.



Cefet-PE procurou validação dos professores da UFPE, mas não foram bem recebidos. Segundo Araújo (2022), estes professores publicaram nota em jornal depreciando o novo curso, enxergado como uma concorrência. Pena (2022) comenta que a ideia de criação do curso do Cefet-PE foi acertada, pois havia uma demanda que o curso da UFPE não conseguia suprir.

A gente ter encampado o curso e constatar que dava certo, que deu certo, por conta da demanda que tinha. E a Federal não ajudou muito, não. Eu acho que ela poderia ter ajudado mais, mas ficou presa, muito fechada. Talvez, a gente pudesse desenvolver mais juntos do que à parte, entendeu? Do que à parte (Pena, 2022).

Ao ser perguntada se sofreu algum preconceito por ter feito um curso tecnológico e não um Bacharelado, se era vista como uma designer menor pela sua formação, Amorim (2022) explica que, para os contratantes, não importava a origem da formação, desde que o serviço fosse bem realizado. Considera que, internamente ao campo, “é sempre isso, essa disputa pelo espaço, essa disputa de poder está sempre presente, mas ela não resiste” se a qualidade do trabalho não for condizente com o peso do título do diploma.

Além da UFPE, a tensão entre Bacharelado e Curso Superior de Tecnologia também foi materializada na relação com o MEC. Representantes do MEC avaliaram que o curso era um ‘bacharelinho’ e precisava se adaptar ao que se entendia como Curso Superior de Tecnologia. Araújo (2022) explica:

A matriz que trouxemos da ESDI, após conversa com Freddy Van Camp, condensava todo conteúdo teórico (e prático) de quatro anos de bacharelado. Para não virar um bacharelado zipado em dois anos (bacharelinho) as avaliadoras do MEC exigiram a retirada de grande parte do conteúdo teórico, dando espaço para mais disciplinas práticas, o que é exigido na categoria 'curso/perfil tecnólogo', para diferenciar dos critérios de Bacharelado. Por isso, muitos alunos que fizeram os dois cursos, dois anos no IFPE, e depois quatro anos de UFPE, diziam que o curso do IFPE era “design mais mão-na-massa”, e o da UFPE “design mais queima-pestanas”.

Coelho (2022) também comenta sobre a mudança na grade e lembra uma metáfora utilizada pelas avaliadoras: enquanto o Bacharelado seria uma piscina larga, o Superior de Tecnologia seria uma piscina mais estreita, porém mais profunda. É para corresponder a essa metáfora que o nome muda de Design e Hiperfídia, muito abrangente, pois se poderia tratar de muitos ramos de atividade, para Design Gráfico, mais específico. Pena (2022) comenta que o MEC estava tentando montar ainda alguns parâmetros para os CST, que depois viriam a ser o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), de 2006, e Design Gráfico se encaixava melhor no que o ministério previra. De acordo com o PPC e com Araújo, essa mudança de nome foi proposta em uma reunião realizada com representantes da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC (SEMTEC-MEC), na cidade de João Pessoa, em 2001, um ano apenas do início das atividades do curso de Design e Hiperfídia. Outra proposta não autorizada pelo MEC foi a da certificação intermediária, ou seja, o(a) estudante que finalizasse um módulo, receberia um certificado comprovando que ele(a) estaria qualificado(a) para trabalhar naquela área. Coelho (2022) diz desconhecer casos em que tenham solicitado essa certificação e desconfia de que o Cefet-PE não tivesse estrutura para fazer esse acompanhamento.

Em 2002, a primeira turma se forma já com o nome de Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico e entra em vigor a nova grade, exposta na Figura 2. Da primeira para a segunda



grade, houve uma redução na quantidade de disciplinas (de trinta e três para vinte e quatrodisciplinas) e da carga-horária (de 2142 para 2088 horas). As disciplinas cortadas são, sobretudo, as teóricas. Das quatro disciplinas de Teoria da Comunicação, não permanece nenhuma e o mesmo acontece com as de Psicologia. Das quatro disciplinas de História, ficam duas: História do Design, agora no Módulo 1 e absorvendo os conteúdos de História 01 – Arte e Cinema, e História da Escrita e do Design, no Módulo 3. Houve também maior padronização de carga-horária. Enquanto na grade de 2000 havia disciplinas com 36, 54, 72 e 108 horas, em 2002, a carga-horária se estabelece com 72 e 108 horas.

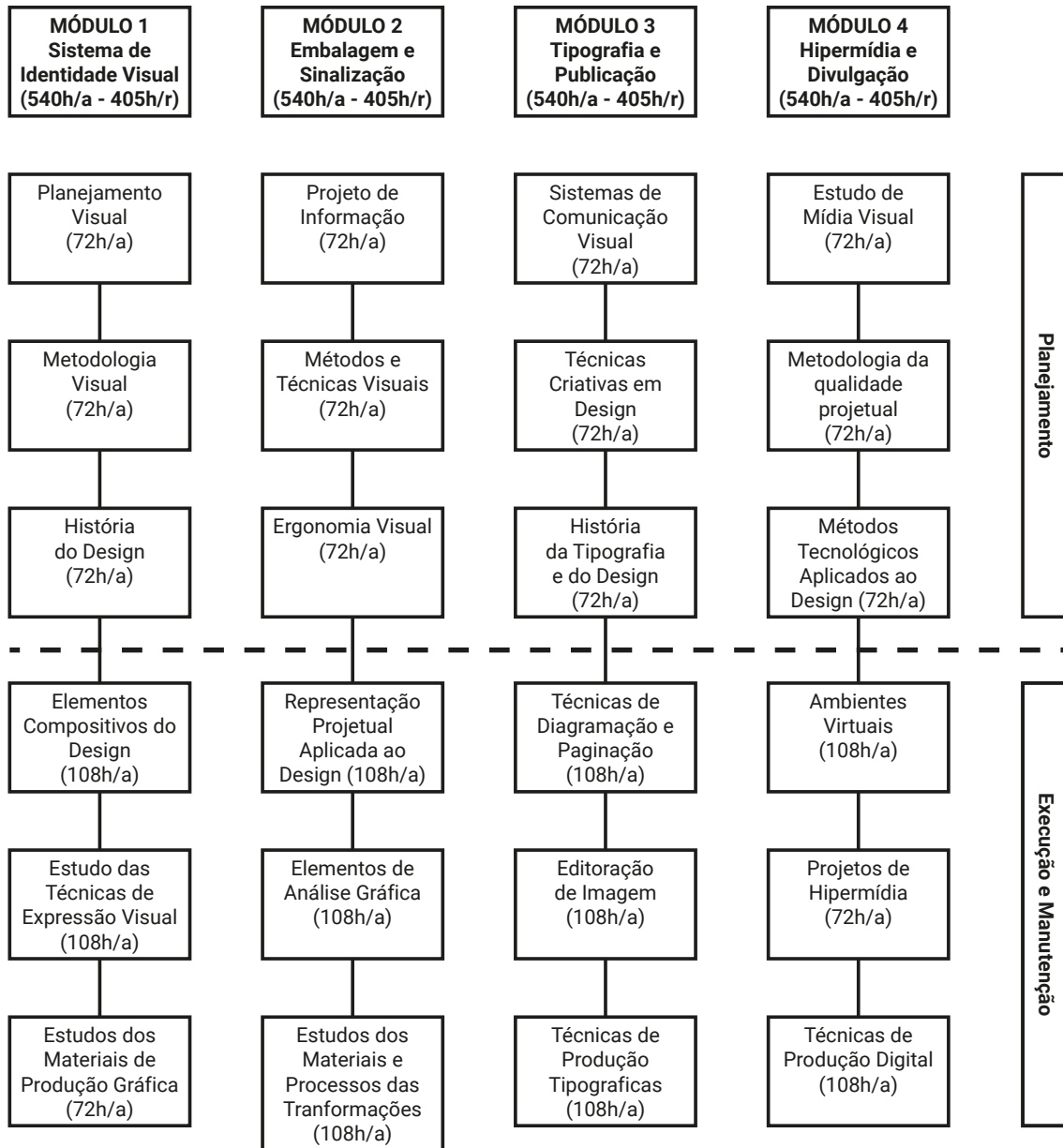


Figura 2: Fluxograma do Curso Superior em Design Gráfico (adotada a partir de 2002). Curso AUTORIZADO MODIFICADO / Resolução CONDIR 21/2002. Adaptado pelo autor.



A experiência da primeira turma

A experiência da primeira turma talvez seja o que de mais particular a criação deste curso pioneiro teve. O curso abre com vinte alunos no primeiro semestre de 2000 e não houve novo processo seletivo até a conclusão desta turma. A coordenação do curso fez um acordo com o Cefet-PE, com anuência do MEC, para tanto. Pena, Coelho e Amorim comentam o caráter experimental e o sentido de comunidade que se formou entre estudantes e professores(as). Apesar do perceptível carinho que os(as) depoentes demonstraram pelas suas memórias, Amorim chama a atenção para o risco de romantização dessa experiência.

Uma instituição quase centenária de ensino técnico teve de se haver com um curso em tudo novo, o que acarretou atritos entre uma identidade tradicional de cursos técnicos e uma, ainda por ser construída internamente, de um superior de tecnologia. Porém, como salienta Moura (2018, p. 7-8), “a identidade é daquelas coisas que surgem como fogo, por fricção. Percebe-se que se tem – ou cria-se uma – raspando-a contra outras”. Uma dessas fricções, Pena (2022) exemplificou, se deu pela tentativa de instituir o uso de fardamento aos(as) estudantes do superior, o que gerou uma certa revolta estudantil. O imbróglio termina com os(as) estudantes de Design não aderindo ao fardamento e produzindo camisa para o curso. Ao ser perguntada se o Cefet-PE entendia a diferença entre o tecnólogo e os cursos técnicos, Coelho (2022) é categórica: “acho que até hoje não entende direito, não”. E complementa: “tinha gente que não sabia, cinco anos depois, que o curso existia”. Pena (2022) levanta outro atrito, que merece uma pesquisa própria: “e criar um curso dentro de um perfil rígido, que foi, na época... Tinha professores que não queriam sair da comodidade que existia de curso técnico e até menosprezar o curso de Design, achar que não era um curso de ‘macho’”. Era um corpo docente inicial e majoritariamente composto por mulheres, o que deveria incomodar.

Ainda na área dos atritos, importante fixar o papel de Francisco Weydson Ferraz enquanto articulador junto à instituição. De acordo com Pena (2022), era Ferraz quem brigava para conseguir orçamento e estrutura para o curso, ficando Eduardo Fernandes Araújo dedicado à parte de planejar a matriz e os conteúdos do curso.

[...] você há de convir que, para criar um curso, nos moldes que a gente estava criando, enfrentando certas barreiras, ia ser difícil, não ia ser fácil, entendeu? Ia ser difícil, dentro da instituição, retrógrada como era o IF. Hoje ela não é tão retrógrada como era antigamente. Então era retrógrada mesmo. Você às vezes queria fazer uma coisa e não podia fazer, porque tinha certos parâmetros que você não podia quebrar, entendeu? E o curso de Design é um curso que, assim, você tem que deixar o aluno livre (Pena, 2022).

Apesar dos atritos, Pena e Coelho entendem que a instituição tentava ajudar no sucesso do curso. Coelho (2022) comenta que, naquele momento histórico, o Cefet-PE passava por dificuldades financeiras devido à política educacional do governo FHC. Coelho (2022) salienta que, de acordo com o que ela entendia à época, o orçamento para a instituição dependia cada vez mais do número de estudantes dos cursos superiores e menos dos cursos técnicos. As salas de aula do curso de Design e Hipermídia foram entregues “pintadas e renovadas”, porém sem quadros-negros. As aulas eram dadas em folhas de cartolina afixadas nas paredes. Pena (2022) comenta que o curso não tinha máquinas fotográficas para as aulas de Fotografia e os computadores só chegaram no último semestre para a primeira turma. Coelho (2022) lembra que



a biblioteca também não era bem equipada e que o curso foi mal avaliado pelo MEC neste quesito, só vindo a melhorar próximo de uma segunda avaliação.

Com tantas adversidades materiais, a estratégia que professores(as) e estudantes encontraram de sobreviver institucionalmente foi construindo um sentido de comunidade. Pena, Coelho e Amorim comentam que, no começo, todos(as) os(as) professores(as) estavam em todas as disciplinas com os(as) estudantes¹⁵. Pena e Coelho concordam na explicação sobre o porquê de estarem todos(as) os(as) docentes em sala ao mesmo tempo: aprender com os(as) colegas, propiciando uma maior integração entre as disciplinas sem causar sobreposições de conteúdo. Amorim (2022) complementa:

[...] hoje eu diria que a primeira turma do Cefet era composta pelos professores e pelos alunos, ou pelos alunos junto com os professores. Todos nós fomos alunos aqui naquela primeira turma, independente de você ser aluno ou professor, né? Tinham professores muito jovens, né? [...]. Acho que era um projeto super ousado também, inovador pra eles, desafiador, muito desafiador pra eles, como não havia nenhuma outra turma antes, né? Então era uma convivência muito intensa, muito familiar, eu diria, sabe? Muito íntima, muito íntima, e isso teve aspectos positivos e negativos, né? Normal da convivência entre as pessoas.

Ainda de acordo com Amorim (2022):

E é isso, eles estavam tentando ver qual era o jeito deles de ensinar design pra gente. E a própria visão deles da docência do design, qual deveria ser, qual a que eles queriam que fosse, né? Então, no começo, os professores estavam em aula todos ou quase todos, sempre, imagina. Então, isso com o passar do tempo, invariavelmente, vai causar, vai ter questões ali, né? [...] Quando você quer ter vários professores em sala durante muito tempo, isso não se segura.

Além das dificuldades materiais do curso, houve uma greve da educação federal em 2001 que afetou a turma. No final, Amorim comenta do cansaço e do desejo de se formar, porque já estava trabalhando como designer. Pena (2022) elogia os(as) estudantes da primeira turma por se adaptarem bem às adversidades e Coelho (2022) se orgulha do reconhecimento do corpo docente por parte dos(as) estudantes e do trabalho conjunto que desenvolveram.

Eu acho que foi uma jornada muito bonita, muito valorosa, e na minha vida pessoal foi muito importante ter aquela passagem por lá, embora eu tenha demorado muito tempo pra ir buscar meu diploma, eu e os meus colegas mais próximos, a gente demorou anos pra ir buscar os nossos diplomas, anos, porque é isso, as oportunidades foram chegando também pra gente. Como eu te disse, a gente não parava, a gente corria atrás mesmo (Amorim, 2022).

Considerações finais

A experiência valorosa de Amorim como estudante da primeira turma do primeiro Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico foi importante não apenas para ela, mas para o ‘ecossistema’ educacional de Design no Recife. Em meados da década de 2000, outros Cursos Superiores de Tecnologia, não só de Design Gráfico, mas de Design de Moda e Web Design, despontaram em instituições particulares de ensino superior, como desdobramento da política nacional neoliberal para a educação, que começa no governo de FHC e reverbera no governo de

¹⁵Foram identificados(as) nas fontes os(as) professores(as) Eduardo Fernandes Araújo, Francisco Weydson Ferraz, Ana Maria da Costa, Maria das Graças Costa, Marta Quaresma, Elizete Coelho, Sílvio Pena, João Germano, Verônica Rodrigues, Rejane Rêgo e Patrícia Arruda.



Luís Inácio Lula da Silva, com medidas como Prouni e Fies, facilitando o acesso e a manutenção de estudantes em faculdades privadas. Amorim se torna professora e depois coordenadora do CSTDG de uma dessas instituições e a sua maneira de encarar a condução deste curso está atrelada a sua própria formação de tecnóloga. Por exemplo, uma de suas atividades na disciplina de História do Design consistia em desenvolver um logotipo em estilo Art Nouveau, aliando conteúdo teórico à prática projetual.

Ou seja, de certa forma, a identidade do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – levando em conta o que é ensinado, como é ensinado e por que é ensinado – que estava se formando no Cefet-PE teve continuidade na Região Metropolitana do Recife. Caberia em outra pesquisa comparar as grades destes cursos para enxergar se existem diferenças significativas entre um CSTDG ofertado por uma instituição pública e outro ofertado por uma instituição privada.

Compreender a criação deste pioneiro Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – considerando a experiência da primeira turma –, sob a abordagem da Micro-História e com recurso da História Oral, permitiu pôr em debate a emergência de uma nova modalidade de ensino de Design, a Tecnológica, e a tensão que se estabeleceu junto à formação superior tradicional, o Bacharelado, e ao MEC. Em 2001, um ano depois do início das aulas do curso de Design e Hipermídia do Cefet-PE, é publicado o Parecer CNE/CES 436 com a caracterização de 20 áreas profissionais, dentre elas o Design, mas é somente em 2006 que o primeiro Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia é lançado sem nenhuma menção à formação de um profissional de caráter reflexivo (MEC, 2006), mesmo que pragmático, como defendia o primeiro PPC do CSTDG do Cefet-PE. No CNCST de 2016 novamente não há menção no perfil do egresso de um CSTDG a necessidade de uma formação crítico-reflexiva. Mais genérico nas atribuições para abarcar uma área maior de atuação do que as versões anteriores (2006 e 2010), o CNCST de 2016 aponta para uma complexificação da atividade do(a) designer (MEC, 2016) diante de uma sociedade também mais complexa, demandando uma revisão deste perfil, com uma formação profissional integrada e indissociável de uma formação humanista. O primeiro currículo do CSTDG do Cefet-PE, com mais disciplinas de História, Teoria da Comunicação e Psicologia, talvez indique um caminho a ser seguido ou reelaborado, repensando-se para a nova realidade uma didática que abarque velhos e novos conteúdos de maneira crítico-reflexiva.

Referências

Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BARROS, José D. Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167-186, 2007.
- BRANDÃO, Marisa. Cursos Superiores de Tecnologia: democratização do acesso ao Ensino Superior? **Revista Trabalho Necessário**, v. 5, n. 5, 2007.
- BRANDÃO, Marisa. Educação profissional e ensino superior: do governo FHC ao governo Lula. **Cadernos Cemarx**, n. 6, pp. 189-204, 2009.



CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 295-316. (Coleção Sociologia).

FERREIRA, Eduardo Camillo Kasparevicis. **Os currículos mínimos de desenho industrial de 1969 e 1987: origens, constituição, história e diálogo no campo do design**. São Paulo: Blucher, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Vidal de Negreiros. **Desenhismo**. 2. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

LIMA, Guilherme Cunha. **O Gráfico Amador: As origens da moderna tipografia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2014.

MABUSE, H. D. **Por que o ecossistema de Recife foi um spin-off do Mangubeat**. 2022. Disponível em: <<https://mitsloanreview.com.br/post/por-que-o-ecossistema-de-recife-foi-um-spin-off-do-mangubeat>>. Acesso em: 17 nov. 2022

MOURA, Mário. **O design que o design não vê**. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

PINHEIRO, Ana Carolina Martins; BRAGA, Marcos da Costa. O curso Técnico de Desenho Industrial do CEFET-PR: Contexto de criação, desafios e objetivos. In: **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Design (P&D Design)**. São Paulo: Blücher, 2022.

SOUZA, José. A educação profissional no contexto da reengenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no governo FHC. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 16, 2013.

Documentos

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. DOU, 09 dez. 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.469, de 09 de novembro de 1995. Cria o Programa Brasileiro do Design e o Comitê Executivo para sua orientação, e dá outras providências. DOU, 10 nov. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior_a_2000/1995/Dnn3469.htm>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, 23 dez. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, 18 abr. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmimpressa.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. DOU, 28 nov. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D2406.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.



BRASIL. Decreto nº 7.935, de 18 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE, e dá outras providências. DOU, 19 jan. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedente/2000/1999/dnn7935.htm>. Acesso em 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: Relação dos cursos de Graduação - Presenciais e a Distância em DESIGN GRÁFICO, oferecidos pelas Instituições de Educação Superior do Brasil - 2009 a 2020. Brasília, DF: MEC, Inep, 2022.

CARTA DE CANASVIEIRAS, in JORNAL DO LDP/DI. Florianópolis: LDP/DI, 1989.

IFPE. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico. Recife: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2012.

MEC - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/41331-catalogo-nacional-superior-tec-20-pdf/file>>. Acesso em: 15 nov. 2022

MEC - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3. ed. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->>. Acesso em: 15 nov. 2022

PEIXE, José Roberto. Apresentação. In: Catálogo do Salão Pernambuco Design 98. Recife. APD/PE; MAMAM. 1998. 139 p.

UFPE. Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Currículo do Curso de Graduação em Desenho Industrial – Programação Visual (Perfil 8501). Válido para os alunos ingressos a partir de 88.1. 2004. 2 p.

ZERO QUATRO, Fred. Manifesto Caranguejo com Cérebro. Recife, 1992, 2. p.

Entrevistas

AMORIM, Patricia. Entrevista concedida a Rafael Efrem via Google Meet. Cabedelo/São Paulo. 24 de novembro de 2022. (60 min.).

ARAÚJO, Eduardo Fernandes. Entrevista por escrito concedida a Rafael Efrem via aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp. 27 de novembro de 2022.

COELHO, Elizete da Silva. Entrevista concedida a Rafael Efrem via Google Meet. Cabedelo/Recife. 29 de novembro de 2022. (70 min.).

PENA, Sílvio da Silva. Entrevista concedida a Rafael Efrem via Google Meet. Cabedelo/Recife. 22 de novembro de 2022. (62 min.).

Sobre os autores

Rafael Efrem

Professor do CSTDG do IFPB – Campus Cabedelo, atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Design da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) na linha de Teoria e História do Design. Foi membro das três Comissões



Assessoras de Avaliação da Área de Tecnologia em Design Gráfico do Inep. Interessa-se por ensino de História do Design, Memória Gráfica e Educação Profissional e Tecnológica.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9174-6400>

Marcos da Costa Braga

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É docente credenciado no Programa de Pós-graduação em Design da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e membro do grupo de pesquisa História, Teoria e Linguagens do Design do LabVisual na mesma instituição. É autor de vários artigos e livros sobre história do design no Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0978-2550>